

# Quando há mais madeira, mas menos floresta



**Nélia Aires**





**Portugal tornou-se um dos espelhos mais nítidos das fragilidades que hoje assolam a floresta europeia: mais danos, mais madeira de salvados, mais pressão sobre as fileiras industriais e menos garantias de valor futuro.**



A floresta europeia continua a crescer em área e em volume. Mas esse dado, por si só, já não basta para sustentar uma narrativa de robustez. O mais recente *State of Europe's Forests 2025* mostra que a Europa tem hoje cerca de 232 milhões de hectares de floresta, o equivalente a 35,4% da sua área terrestre, e um volume em pé de 38,3 mil milhões de metros cúbicos. O problema é que esse crescimento desacelerou de forma clara: depois de décadas a aumentar em média cerca de 1,3% ao ano, o volume em pé cresceu apenas 0,3% por ano no período 2020-2025, num contexto marcado por maiores taxas de utilização, envelhecimento dos povoamentos e aumento dos danos florestais.

## **A ilusão dos grandes números**

É precisamente aqui que começa o equívoco. Mais madeira mobilizada não significa, automaticamente, mais floresta saudável, mais

resiliência ecológica ou mais valor económico criado. Em muitos casos, significa apenas que a floresta está a ser forçada a responder a danos cada vez mais frequentes e intensos. O próprio relatório europeu associa o abrandamento do crescimento ao aumento dos danos florestais, às pressões climáticas, ao envelhecimento dos povoamentos e à intensificação das colheitas. Os dados estatísticos continuam a evidenciar a expansão da floresta europeia, mas uma leitura mais técnica mostra que essa floresta se encontra sob maior pressão.

## **Portugal como sinal de alerta europeu**

Portugal é, neste contexto, um caso especialmente revelador. Não apenas porque o setor florestal tem no país um peso económico superior à média europeia, mas porque concentra, de forma particularmente intensa, vários dos riscos que hoje atravessam a Europa: Portugal apresenta uma das mais



baixas densidades de volume em pé<sup>1</sup> da Europa, com apenas 46 m<sup>3</sup>/ha, muito abaixo da média europeia (165 m<sup>3</sup>/ha), e surge entre os países em que o setor florestal tem um contributo relativamente significativo para o PIB, na ordem de 1,6% a 2%, enquanto na Europa a contribuição média do setor se situa em 0,83% do PIB europeu.

Essa importância económica torna a vulnerabilidade do setor florestal ainda mais séria. O estudo europeu relembra que Portugal reportou a maior proporção de floresta danificada na Europa, com 33,8% da área florestal afetada, e que 27,7% da floresta nacional surge afetada por insetos e doenças. Mesmo à escala regional, o Sudoeste Europeu destaca-se como a região com maior incidência de danos por insetos e doenças, com 5,6% da área florestal afetada, muito acima da média europeia de 1,5%. Isto significa que a floresta portuguesa não é apenas mais um caso nacional isolado: em muitos aspetos, o estado da floresta portuguesa parece antecipar problemas que tenderão a ganhar expressão noutras geografias europeias.

## Mais madeira não é, por si só, mais valor

A questão está em confundir exploração florestal com criação de valor. O aumento da exploração florestal que se verifica atualmente pode sustentar a atividade económica no imediato, mas isso não significa necessariamente maior riqueza líquida. O *State of Europe's Forests 2025* mostra que, à escala europeia, os cortes de madeira já representam cerca de 81% do acréscimo anual líquido e que o setor continua a ter um papel económico importante, com 113,3 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto em 2020, correspondendo a 0,83% do PIB europeu. Mas o próprio relatório sublinha também que uma parte do valor real da floresta fica subestimada, porque muitos bens e serviços públicos não são plenamente reportados nem monetizados.

É precisamente essa a ilusão que hoje importa desmontar. Quando se olha apenas para os volumes extraídos, pode parecer que a floresta está a responder bem e que a economia florestal se encontra dinâmica. Mas parte desse

<sup>1</sup> A densidade média de volume em pé (average growing stock density) corresponde ao volume médio de árvores vivas existente por hectare de floresta, expresso em m<sup>3</sup>/ha, sendo um indicador da disponibilidade de material lenhoso e da capacidade produtiva da floresta.



dinamismo resulta de operações de emergência e da conversão apressada de dano em fluxo económico. O que parece abundância pode ser, na verdade, uma perda silenciosa do capital florestal. No caso do pinho, isto significa menos garantia futura de madeira com dimensão e qualidade para serração e usos nobres. No caso do eucalipto, significa maior pressão sobre a continuidade e a estabilidade produtiva dos povoamentos, sobretudo quando a gestão passa a reagir mais ao dano do que a planear o valor futuro.

## Um apoio importante, mas que não resolve tudo

É neste ponto que a notícia sobre o reforço do apoio europeu à floresta ganha particular importância. O Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050 (PIF) foi apresentado como uma estratégia de longo prazo para uma floresta mais resiliente, com um investimento estimado de 6,5 mil milhões de euros até 2050, ou cerca de 246 milhões de euros por ano. A escala deste valor mostra bem que a transformação estrutural da floresta portuguesa exige continuidade, estabilidade

e financiamento compatível com a dimensão do problema. Sem apoio público consistente, não há gestão ativa nem verdadeira resiliência territorial. É por isso que o apoio de 250 milhões de euros agora aprovado pela Comissão Europeia deve ser visto como positivo, mas insuficiente à escala do desafio<sup>2</sup>. Sendo um instrumento relevante para compensar perdas de rendimento e manter investimentos florestais, representa ainda assim apenas uma fração limitada do esforço previsto no PIF e equivale, grosso modo, a cerca de um ano do investimento médio anual estimado. É um passo importante, mas não substitui a necessidade de um compromisso financeiro continuado e à altura da vulnerabilidade da floresta portuguesa.

## A floresta não vale apenas pela madeira que produz

Ou seja, esta decisão política só produzirá efeitos duradouros se for acompanhada por uma mudança mais estrutural na forma como a floresta é reconhecida economicamente. A viabilidade do setor não pode continuar excessivamente dependente da venda de

<sup>2</sup> Importa sublinhar que esta verba já estava prevista no âmbito do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), não constituindo, por isso, um reforço orçamental para as florestas portuguesas.





material lenhoso, sobretudo quando uma parte crescente desse material resulta de cortes extraordinários, como respostas a perturbações climáticas. É preciso reconhecer de uma vez por todas que a floresta presta serviços de ecossistema universais que são indispensáveis ao funcionamento do território e à resiliência coletiva e cujo valor é real, mas continua largamente sub-remunerado. É precisamente essa desvalorização económica do que é ecologicamente essencial que ajuda a explicar por que razão tantas áreas florestais permanecem sem gestão adequada ou com gestão insuficiente.

Esse é o ponto decisivo. Apoiar a intervenção silvícola continuada é indispensável – apoiar apenas a operação, sem reconhecer de forma firme os serviços de ecossistema que a floresta presta à sociedade, é continuar a financiar consequências sem corrigir plenamente as causas. O próprio *State of Europe's Forests 2025* sublinha que as expectativas sobre a floresta estão a aumentar — carbono, materiais renováveis, energia, biodiversidade, proteção do solo e da água — e que essas funções exigem políticas integradas, financiamento adequado e modelos de governança mais adaptados ao território.

## Da reação à remuneração da resiliência

Portugal contribui para o cenário europeu em dois sentidos ao mesmo tempo. Por um lado, reforça a bioeconomia florestal, o abastecimento industrial e o comércio externo,

mantendo a floresta como ativo económico estratégico. Por outro, mostra os limites desse modelo quando a gestão é insuficiente para conter a fragmentação, reduzir a exposição ao fogo, responder à pressão fitossanitária e aumentar a resiliência dos povoamentos. É por isso que a discussão sobre apoios não pode ser reduzida a uma lógica conjuntural de emergência ou de "limpezas" pós-eventos adversos. Ela tem de evoluir para uma lógica de remuneração territorial, de gestão contínua e de valorização efetiva do interesse coletivo que a floresta assegura.

A conclusão é simples, embora incómoda. A floresta portuguesa continua a ser central para a economia nacional e relevante no contexto europeu. Mas essa relevância será cada vez mais frágil se continuar assente numa leitura quantitativa e conjuntural do recurso. Mais cortes de madeira não resultam, por si só, em mais valor. E mais madeira no mercado não significa necessariamente uma floresta mais forte. A verdadeira medida da sustentabilidade florestal está na capacidade de garantir, ao longo do tempo, povoamentos mais resilientes, menor dano acumulado, maior qualidade da matéria-prima e maior estabilidade económica da fileira. Para isso, os apoios à intervenção são essenciais. Mas igualmente essencial é o reconhecimento, económico e político, de que a floresta não produz apenas madeira: produz também serviços universais sem os quais não há território resiliente, nem economia florestal verdadeiramente sustentável.